

DA POLÍTICA EUROPEIA DE PROMOÇÃO DO MULTILINGUISMO ÀS MOTIVAÇÕES DO ESTUDO DO ITALIANO EM PORTUGAL¹

SUSANA ROCHA DA SILVA*

Pensar a política de promoção do ensino de uma língua no estrangeiro remete-nos geralmente para o campo da política cultural externa e dos elos históricos e relações diplomáticas entre Estados. Compreender a presença e a procura, hoje, do ensino da língua italiana em Portugal, requer, naturalmente, e em primeiro lugar, compreender a relação bilateral entre Portugal e Itália, em todos os seus aspectos passados e presentes, conforme ficou patente no riquíssimo mosaico apresentado na Revista *Estudos Italianos em Portugal*, no seu número de 2010 dedicado ao ensino do italiano em Portugal. Todavia, no espaço europeu é ainda possível pensar o ensino das línguas enquanto línguas estrangeiras à luz da política da União Europeia. Os princípios, orientações e actuação europeia no domínio do ensino de línguas estrangeiras constituem, por um lado, forças já em acção, ainda que nem sempre reconhe-

* Nasceu em Lisboa em 1983. Licenciada em Estudos Europeus, concluiu em 2012 o mestrado em Políticas Europeias na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Actualmente é bolseira do programa europeu Grundtvig em Modena, Itália.

¹ O presente texto baseia-se na dissertação de mestrado em *Políticas Europeias* intitulada *Política Externa de Promoção da Língua. Relação Portugal - Itália*, apresentada à FLUL/IGOT e disponível em <<http://cvc.institutocamoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes>>.

cidas, e, por outro, pistas para os caminhos futuros a seguir pelos Estados, enquanto agentes na promoção externa das línguas. E é precisamente da dimensão europeia, e mais especificamente, das críticas à sua actuação, que surge o alerta para a necessidade de uma reflexão e debate ao nível europeu e nacional, acerca das diferenças entre as línguas e das condições da sua difusão, questões essenciais que devem estar na base da consequente diversificação de abordagens, objectivos e necessidades que guiam e deveriam guiar as políticas externas de promoção das línguas.

1. POLÍTICA EUROPEIA DE PROMOÇÃO DO MULTILINGUISMO

A actual política da União Europeia de promoção do multilinguismo – no espaço europeu e dos cidadãos europeus – tem raízes nos anos 70, quando, pela primeira vez, os Ministros da Educação da Comunidade Europeia afirmaram o objectivo de dar a todos os cidadãos, dentro e fora do ensino tradicional, a possibilidade de estudarem, pelo menos, uma língua estrangeira. Em 1984, este objectivo seria alargado a duas línguas estrangeiras, como forma de contornar a evidente posição hiper-central da língua inglesa e diversificar o leque de línguas aprendidas. Hoje, a política europeia tem como objectivo que todos os cidadãos europeus sejam capazes de comunicar na sua língua materna e em mais duas línguas estrangeiras.

Na prossecução deste objectivo, a União Europeia actua, não só mas sobretudo, através dos programas da área da educação, apoiando e complementando a acção dos Estados-Membros, e incentivando a cooperação entre estes, que mantêm total responsabilidade pelo conteúdo do ensino e pela organização do seu sistema educativo. Actualmente, o *Programa Aprendizagem ao Longo da Vida 2007-2013*, com um orçamento de 7 mil milhões de euros, reúne um vasto número de programas – iniciados com o programa Erasmus, em 1987 – com objectivos linguísticos. É no entanto impor-

tante referir que a maioria destes programas não tem uma finalidade especificamente linguística: o aumento do conhecimento de línguas estrangeiras faz parte dos propósitos destes programas, mas os seus objectivos linguísticos não são claramente definidos nem quantificados.

Jostes (2007) e Truchot (2008) encontram-se entre os investigadores mais críticos da eficácia da política europeia e do realismo dos seus objectivos. Fundamentos centrais das suas críticas – entre outros – são os resultados dos estudos Eurobarómetro e os resultados de estudos independentes.

Apesar da grande adesão a estes programas, os estudos Eurobarómetro que incidem sobre a última década revelam uma pouco significativa evolução, quando não mesmo um retrocesso, dos indicadores do multilinguismo europeu. Um estudo Eurobarómetro UE15 (2001) revelava que 53% dos inquiridos falavam uma língua estrangeira além da sua língua materna, e 26% falavam duas línguas estrangeiras. O mais recente estudo Eurobarómetro UE27 (2012) revela que 54% dos inquiridos falam uma língua estrangeira além da sua língua materna, e 25% falam duas línguas estrangeiras. Em Portugal, estas percentagens reduzem-se para 39% e 13%, respectivamente, o que significa que 61% dos inquiridos não têm conhecimentos linguísticos suficientes para comunicar fluentemente em nenhuma outra língua além da sua língua materna, colocando Portugal no grupo dos Estados-Membros com maioria de falantes monolíngues.

Além destes dados, são interessantes as respostas às questões de opinião: em 2012, a grande maioria dos europeus considera que a aprendizagem de línguas estrangeiras lhe é ou pode vir a ser útil. O quadro abaixo ilustra as línguas mais citadas pelos inquiridos no Eurobarómetro de 2012, na UE27 e em Portugal.

	Inglês	Alemão	Francês	Espanhol	Chinês	Italiano	Russo
UE27	67%	17%	16%	14%	6%	5%	4%
PT	53%	4%	22%	11%	1%	1%	0%

Tabela 1: Estudo Eurobarómetro 2012; respostas na UE27 (26.751 entrevistas), e apenas em Portugal (1.009 entrevistas), à questão: “Thinking about languages other than your mother tongue, which two languages do you think are the most useful for your personal development?”

Para uma observação da evolução mais recente, o quadro abaixo ilustra as respostas dos inquiridos no Eurobarómetro de 2006, na UE25 e em Portugal. A leitura conjunta dos dois quadros denota, em especial, o grande aumento, em Portugal, do valor relativo conferido à língua espanhola, seguido pelo ligeiro aumento do valor relativo conferido à língua italiana, as únicas duas línguas europeias onde se registam aumentos entre 2006 e 2012.

	Inglês	Francês	Alemão	Espanhol	Russo	Italiano
UE25	68%	25%	22%	16%	3%	3%
PT	59%	35%	6%	6%	0%	0%

Tabela 2: Estudo Eurobarómetro 2006; respostas da UE25 (28.694 entrevistas), e apenas em Portugal (1.000 entrevistas), à questão: “Which two languages, apart from your mother tongue do you think are the most useful to know for your personal development and career?”

O que estes dados mostram é também constatado pelos poucos estudos independentes realizados: uma enorme preferência pela língua inglesa, seguida pela preferência por línguas de grande difusão, também nos sistemas de ensino nacionais, em detrimento das línguas MODIME (*moins diffusées e moins enseignées*).

Um estudo encomendado pela Comissão Europeia à consultora Deloitte & Touche (2003) concluía que, se por um lado,

os programas europeus se revelavam muito bem sucedidos na sua contribuição para o desenvolvimento da compreensão intercultural e sensibilização da diversidade linguística, por outro, não tinham igual impacto na ampliação do leque das línguas aprendidas, nem impacto expressivo nos sistemas educativos nacionais, sendo a única excepção a diminuição da idade em que tem início a aprendizagem de línguas estrangeiras.

Onde reside, então, a fragilidade da política europeia? Segundo Truchot (2008), no próprio conceito de *diversidade* em que assenta, noção consensual que trata todas as línguas da mesma forma, evitando uma tomada de posição explícita acerca da escolha entre as línguas. Ora, na prática, as línguas e as condições da sua difusão são muito diferentes, pelo que, para garantir uma efectiva *diversidade*, seria necessária a adopção do conceito de *diversificação*, que implica uma acção política com o objectivo de evitar o domínio de uma só língua nos sistemas educativos e de assegurar o equilíbrio entre as línguas ensinadas.

Ora, conhecer as condições da difusão das diferentes línguas, nos diferentes espaços, é imprescindível para definir objectivos, prioridades e acções capazes de garantir o efectivo acesso dos cidadãos europeus à variedade cultural europeia. Afinal, conforme sintetiza o conceito de *diversity-as-pluralism* formulado por Witte (2008: 224), “cultural diversity may be as much about increasing the variety of cultural options for individual citizens across Europe as it is about securing the cultural identity of nations and regions”.

2. PÚBLICO E MOTIVAÇÕES DO ESTUDO DA LÍNGUA ITALIANA EM PORTUGAL

Contribuindo para esta reflexão, foi realizada, em 2011, uma pesquisa com vista à recolha de dados quantitativos relativos aos públicos e motivações do estudo da língua italiana em Portugal².

² Esta pesquisa, realizada no âmbito da dissertação de mestrado em Políticas Europeias, incidiu quer sobre os públicos e motivações do estudo da língua italiana em Portugal, quer sobre os públicos e motivações do estudo da língua portuguesa em Itália.

Os dados então existentes, sistematizados e acessíveis, sobre as motivações do estudo da língua italiana no mundo, incluindo no contexto específico de Portugal, remontavam a 1979, à *Indagine sulle motivazioni allo studio dell'Italiano*, estudo pioneiro coordenado por Ignazio Baldelli (1987) e promovido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros Italiano. Inserido na linha inaugurada por Baldelli, o mais recente estudo – *Italiano 2000, Indagine sulle motivazioni e sui pubblici dell'Italiano*, comissionado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros Italiano e dirigido por Tullio de Mauro (2001) – actualizou os conhecimentos sobre as condições de difusão da língua italiana no mundo.

Inspirada nestes dois estudos e à luz das suas conclusões, a pesquisa desenvolvida procurou então actualizar os dados referentes ao contexto específico da língua italiana em Portugal. Foram inquiridos – através de um questionário escrito e respondido individualmente – estudantes de língua italiana em quatro instituições de referência em Portugal: na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL); na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), quer em cursos regulares, quer em cursos do Centro de Línguas; no Instituto Italiano de Cultura de Lisboa (IIC); e na Câmara de Comércio Italiana em Portugal, Delegação do Porto (CCIP)³.

O questionário abrangeu vários âmbitos: prévio e futuro contacto com a língua italiana e com Itália, uso de instrumentos didácticos, língua italiana e Internet, bem como motivação do estudo, perfil sociocultural dos inquiridos, e estu-

³ A amostra correspondeu a 28% do total de estudantes de língua italiana inscritos nas quatro instituições consideradas, com um total de 299 questionários realizados e considerados válidos. Sendo os dados apurados directamente influenciados pela escolha das sedes para realização dos questionários, refira-se o facto de, na amostra considerada, 55% dos inquiridos estudarem língua italiana em instituições universitárias, e 45% em instituições não universitárias, proporções relativamente próximas às do estudo de Baldelli (1987), em que 59% estudavam no IIC e 40,3% em Universidades.

do de línguas estrangeiras em geral. Resumem-se em seguida algumas das conclusões dos últimos três âmbitos referidos, entre os mais relevantes para o diagnóstico das condições de difusão da língua italiana em Portugal.

a) Perfil sociocultural dos estudantes de língua italiana

Confirmando a hipótese de partida – a presença da língua italiana em novos e múltiplos campos, expressa quer pelos agentes do ensino do italiano em Portugal, quer pelo mais recente estudo acerca das condições de difusão do italiano no mundo –, os dados recolhidos sobre os percursos académicos dos inquiridos permitem afirmar que em cerca de 30% dos casos, a língua está associada aos estudos de Línguas e Literaturas ou Tradução, um “núcleo duro” que atesta a centralidade da língua e cultura italiana nas letras e humanidades em geral. A língua italiana revela-se, com sensivelmente igual força (27%) no campo das Artes, tanto numa perspectiva ligada ao património, seu estudo e preservação, como numa perspectiva ligada à arte contemporânea e demais áreas do sector cultural e criativo⁴. Os restantes campos a que a língua italiana surge associada remetem para a sua força enquanto língua de comunicação e para o seu valor económico, com funções menos dependentes ou intermediadas pela ideia de cultura italiana. Estão presentes neste terceiro e último grupo as áreas do Direito, Estudos Europeus e Ciência Política, Economia, ou Ciências Médicas. A prudência obriga-nos a não estabelecer relações imediatas entre o italiano e estas áreas; ainda assim os dados sugerem que o italiano funcionará nestes casos como um factor de especialização e diferenciação relativamente à formação linguística de base, sobretudo em língua inglesa, hoje absolutamente basilar.

⁴ Consideraram-se estudos ligados às Artes os estudos de Cultura e Artes das Faculdades de Letras (História da Arte; Ciências da Cultura; Artes do Espectáculo; Estudos Artísticos; Artes e Humanidades; Turismo, Lazer e Património), bem como os estudos de Belas-Artes e sector cultural e criativo (Design; Arquitectura; Artes Decorativas; Conservação e Restauro).

Do cruzamento de dois dados – 65% dos inquiridos frequentam a Universidade, e 42% estão já na posse de um título de estudo universitário – pode-se inferir que o italiano é sobretudo procurado por um público adulto com formação superior (concluída ou em curso).

b) Motivações do estudo da língua italiana

As respostas à questão “qual o motivo principal que o levou ao estudo da língua italiana”, com cinco hipóteses de resposta – estudo; trabalho; enriquecimento cultural; razões pessoais e afectivas; outro – revelou que para dois terços dos inquiridos o estudo da língua italiana é motivado pelo desejo de enriquecimento cultural. O peso das restantes motivações é descrito no gráfico seguinte:

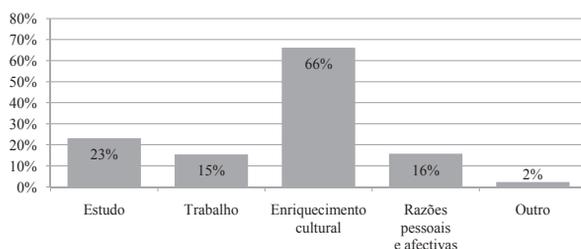


Gráfico 1: Motivos principais do estudo da língua italiana⁵

Destes dados, infere-se que a imagem e valências da língua italiana estão sobretudo ligadas à ideia da língua italiana en-

⁵ Nos questionários realizados aceitaram-se respostas únicas e múltiplas. Por este motivo, a cada inquirido pode ser atribuído um ou mais motivos, e consequentemente, mantendo-se o universo como o número de indivíduos inquiridos/questionários realizados, o total das respostas supera os 100%, neste caso atingindo os 123%, pelo que alguns motivos estarão “sobre-representados”. Note-se ainda que dos inquiridos que assinalaram respostas múltiplas, 90% indicaram o enriquecimento cultural a par de outro/s motivo/s. Nas restantes questões do questionário, 100% corresponderá ao número total de respostas assinaladas e não ao número total de inquiridos.

quanto *língua de cultura*. Não parece significativa a diferença entre os restantes três motivos propostos: a ligeira preponderância das motivações ligadas ao estudo, e as sensivelmente iguais expressões dos motivos de trabalho e pessoais/afectivos revelam que o italiano não tem – na realidade, ou na óptica dos inquiridos – expressivo valor comunicativo, ou no mercado de trabalho.

As sucessivas questões do questionário tinham como objectivo conhecer as sub-motivações dentro de cada um dos quatro motivos principais acima referidos. No conjunto dos motivos de estudo, assume maior peso a combinação dos motivos que implicam a continuação dos estudos em Itália: a participação em programas de mobilidade europeus (32%), o prosseguimento de estudos de graduação (9%) e pós-graduação (10%) em Itália. Este dado deve ser lido tendo presente o lugar que Itália ocupa na lista de países escolhidos pelos estudantes portugueses para realizar o programa de mobilidade europeu Erasmus: no ano 2008/2009, Itália foi o segundo país de destino dos estudantes da Universidade de Lisboa, após a Espanha (UL, 2009: 38); e o primeiro país de destino dos estudantes da Universidade de Coimbra (UC, 2009: 46).

No que respeita aos motivos ligados ao trabalho, as sub-motivações assinaladas podem ser divididas em dois grupos: actividades económicas directamente relacionadas com a língua e cultura italiana, e actividades económicas indiferenciadas, em que o italiano desempenha apenas função de língua de comunicação. Assim, o trabalho de tradutor ou intérprete (17%), guia turístico (20%) e professor de italiano (4%) – operadores culturais “no campo” – corresponde a 41% das motivações de trabalho, enquanto os restantes motivos, “genericamente económicos”, relacionados com as relações económicas e profissionais com Itália e a obtenção de trabalho em Itália, representam, em conjunto, 42%. Note-se a reduzida atractividade e mercado da profissão de professor de italiano (4%), assinalando uma situação de estrangulamento

nas saídas profissionais, mesmo em presença de uma situação geral de aumento do interesse pela língua italiana em Portugal.

É especialmente interessante o equilíbrio entre as sub-motivações da categoria de enriquecimento cultural, que reflecte a imagem que a cultura italiana tem hoje: quando considerados os aspectos da história e cultura italiana ditos “clássicos” (arte, ópera, ...), e os aspectos da sociedade e cultura italiana ditos “contemporâneos” (teatro, cinema, rádio, televisão, música, ...), as respostas revelam que o “clássico” e o “contemporâneo” assumem, entre os estudantes inquiridos, sensivelmente igual importância na sua aproximação à língua italiana (31% em cada uma das respostas); 60% dos inquiridos assinalam ambas; enquanto 40% apenas uma das duas opções. São ainda assinalados o turismo em Itália, em 19% das respostas, e a leitura de textos em italiano, em 16% das respostas.

No campo das motivações pessoais/afectivas, os laços familiares (*lato sensu*) entre portugueses e italianos correspondem a uma terça parte das motivações assinaladas. Os outros dois terços correspondem a motivações variadas; entre as que não podem ser relacionadas com nenhuma outra possibilidade apresentada pelo questionário, contam-se os laços de amizade, estadias (passadas ou previstas, próprias ou de familiares) em Itália, mas também uma atracção subjectiva pela língua italiana que os inquiridos não deixaram de classificar como pessoal e afectiva. Esta atracção é descrita como um “gosto” pela língua e cultura italianas ou estudo por “puro prazer”, nalguns casos, identificando o cinema e a canção como áreas específicas de interesse, e, por fim, referindo o gosto pela pronúncia, o sotaque, a sua sonoridade e musicalidade, e a “comunicação afectiva” a que a língua italiana convida.

c) Posição da língua italiana no quadro geral das línguas estudadas

A língua italiana é, para quase metade dos inquiridos (48%), a terceira língua estudada. Para 32% dos inquiridos,

é a quarta, quinta ou sexta língua estudada. Dentro deste segundo grupo, têm lugar cimeiro as línguas inglesa, francesa, espanhola e alemã, estas duas em paridade. É no entanto necessário lembrar que pelo menos duas línguas (inglês e francês) fazem parte do plano de estudo obrigatório do sistema de ensino português, e as outras duas (espanhol e alemão) são opcionais em alguns currículos do ensino público.

Segundo os números oficiais, na FLUL, em 2010/2011, a língua italiana ocupava o quinto lugar entre as línguas modernas mais estudadas, e na FLUC, no mesmo ano, ocupava o terceiro lugar. Nas restantes universidades onde existiam Leitores do MNE Italiano (Universidade de Évora, Universidade de Faro, Universidade Nova de Lisboa), a língua italiana ocupava, no último ano de presença do Leitor, a terceira ou quarta posição entre as línguas mais estudadas.

Chegados a este ponto, é possível resumir e contextualizar estes dados recorrendo às conclusões do estudo de Baldelli (1987), na parte referente ao estudo da língua italiana em Portugal em 1979, e de De Mauro (2001), referente ao estudo da língua italiana no mundo, em 2000.

Consideradas as naturais diferenças de meios e as diferentes metodologias entre estes estudos e aquele agora apresentado, é possível identificar algumas linhas de tendência: a atractividade da língua italiana em Portugal mantém-se, como há três décadas, sobretudo ligada à ideia do italiano “como língua de cultura”; não se entenderia, aliás, uma diminuição da importância desta ligação da língua à cultura. Ocorreu, porém, uma interessante renovação da ideia de “cultura italiana”: a língua italiana atrai tanto pelas suas áreas “clássicas” como pelas suas manifestações “contemporâneas”. As restantes funções que assume em Portugal são muito menos relevantes do que esta primeira; é língua de estudo, como aliás, era há três décadas, e com o mesmo peso com que o é no mundo. É especialmente relevante o peso que tem, neste campo, a mobilidade, e em particular a mobilidade possibilitada pelos

programas europeus; mais de metade das motivações ligadas ao estudo devem-se a este factor. É língua de trabalho, com menor peso que no resto do mundo, mas em crescimento: os motivos ligados ao trabalho são os que menos determinam o estudo do italiano em Portugal, mas têm hoje o dobro do peso relativo que tinham há três décadas. São menos os que procuram trabalho em Itália, mais os que aprendem italiano para trabalhar como tradutores e professores, agentes privilegiados para a posterior promoção da língua, e mais ainda os que mantêm ou pretendem manter relações económicas ou profissionais com Itália ou com cidadãos italianos (Itália é o quarto maior parceiro comercial de Portugal).

O estudo realizado teve por base a convicção de que o sucesso das políticas de promoção das línguas depende, em grande medida, deste tipo de análise e reflexão.

A posse de valores concretos, os múltiplos cruzamentos de dados e leituras a vários níveis, permitem acompanhar, de forma contínua e atenta, as funções e estatutos que as línguas vão tendo nos espaços em estudo, conhecer actuais tendências, revelar novas e mais subtis, e identificar comportamentos e razões, dando a todos os agentes envolvidos – a todos os níveis de actuação – bases úteis para a definição de estratégias. O inevitável e salutar quadro de competição entre as línguas a isso obriga.

O sucesso da política europeia em matéria de multilinguismo passa, assim, pelas diversas reflexões e análises que – como peças de um *puzzle* linguístico europeu – vão sendo feitas sobre a difusão de cada língua, em cada espaço concreto, e que, contribuindo para a definição de políticas assertivas de promoção das várias línguas, garantem a efectiva diversidade cultural no espaço europeu.

BIBLIOGRAFIA:

Baldelli, Ignazio (dir.) (1987), *La lingua italiana nel mondo: Indagine sulle motivazioni allo studio dell'italiano*, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana.

Deloitte & Touche (2003) *Evaluation of the Extent of Achievement of the Linguistic Objectives of Socrates and Leonardo da Vinci, Final Report, 18 December 2003*.

<http://ec.europa.eu/education/programmes/evaluation/finalfin_en.pdf> (7/7/2012).

De Mauro, Tullio (dir.) (2001), *Italiano 2000. Indagine sulle Motivazione e sui Pubblici dell'italiano diffuso tra stranieri*, Ministero degli Affari Esteri. “<http://www.iic-colonia.de/italiano-2000>” <http://www.iic-colonia.de/italiano-2000>> (7/7/2012).

European Commission (2006), “Special Eurobarometer survey 64.3. Europeans and their Languages”.

<http://ec.europa.eu/languages/languages-of-europe/eurobarometer-survey_en.htm> (7/7/2012).

European Commission (2012), “Eurobarometer 77.1. Europeans and their languages. Results for Portugal”.

<http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_386_fact_pt_en.pdf> (7/7/2012).

International Research Associates (INRA) (2001), “Special Eurobarometer survey 54. Europeans and Languages”.

<http://ec.europa.eu/languages/languages-of-europe/eurobarometer-survey_en.htm> (7/7/2012).

Jostes, Brigitte (2007), “Union européenne et apprentissage des langues. En quête d'un espace communicationnel européen”, in Werner, Michael (dir.), *Politiques & Usages de la Langue en Europe*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme, pp. 157-184.

Marnoto, Rita (coord.) (2010), *Estudos Italianos em Portugal*, Nova Série, 5, 2010, “O ensino do italiano em Portugal”, Instituto Italiano de Cultura de Lisboa.

Truchot, Claude (2008), *Europe, l'enjeu linguistique*, Paris, La Documentation Française.

Universidade de Coimbra (2009), *Universidade de Coimbra. UC em números*, Universidade de Coimbra.

Universidade de Lisboa (2009), *A Universidade de Lisboa em números*, Universidade de Lisboa.

Vedovelli, Massimo (2006), “Nuove motivazioni e pubblici della lingua italiana nel mondo”, *Estudos Italianos em Portugal*, Nova Série, 1, 2006, Instituto Italiano de Cultura, pp. 309-335.

Witte, Bruno de (2008) “The Value of Cultural Diversity in European Union Law”, in Hildegard Schneider / Peter Van den Bossche (ed.), *Protection of Cultural Diversity from European and International Perspective*, Oxford, Intersentia.